

# A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 2

---

**Maria Izabel Machado  
(Organizadora)**

---



# A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 2

---

**Maria Izabel Machado  
(Organizadora)**

---



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
S678	<p>A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-863-2 DOI 10.22533/at.ed.632192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Comportamento humano. 3. Desenvolvimento humano. 4 Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Machado, Maria Izabel.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 2* nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, razão pela qual os capítulos que seguem estão organizados por afinidade temática e/ou metodológica.

O primeiro eixo nos permite compreender as questões acerca do desenvolvimento humano desde a perspectiva da infância. Seja em espaços urbanos ou rurais, no campo ou na cidade, as crianças ganham centralidade nas análises desde seus saberes, redes, brincadeiras e subversões.

Das fricções entre o urbano e o rural que também colocam em tensão saberes técnicos e locais somos convidados a pensar abordagens sociológicas para os desastres ambientais que deem conta da complexidade em que se imbricam interesses econômicos, defesa do meio ambiente e a vida das populações atingidas pelos desastres.

O terceiro e último bloco de capítulos oportuniza tanto o acesso a temas atuais da sociologia como as migrações e os choques culturais decorrentes desses processos, quanto um apanhado metodológico que envolve diversos caminhos e técnicas de pesquisa, sejam elas centradas nos sujeitos ou nas estruturas e processos sociais de acumulação de poder e capital.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO URBANO E DO RURAL	
Gerson Luiz Buczenko	
Maria Arlete Rosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
TRANSPORTE ESCOLAR E INFÂNCIA DO CAMPO: AS VIVÊNCIAS DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS DE UMA ESCOLA NO RIO UAICURAPÁ/ PARINTINS - AMAZONAS	
Kilsimara Nascimento Ribeiro	
Gyane Karol Santana Leal	
Rosaria Jordão Dutra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
SUBVERSÕES DO BRINCAR: DISPOSITIVOS NA INFÂNCIA FRENTE AS NORMATIZAÇÕES INSTITUCIONAIS	
Giovana Glaucia Fernandes	
Natasha Carolina da Costa Carreño Baeta	
Rafael Delaguardia Felix	
Ricardo Lopes Correia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
EPISTEMOLOGIAS DO SUL: INFÂNCIAS E CANDOMBLÉ NA CIDADE DE SÃO PAULO EM BUSCA DE UMA PEDAGOGIA ARTEIRA	
Ellen Gonzaga Lima Souza	
Gabriela Tebet	
Antônio Paulino de Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>43</b>
O BAIRRO A PARTIR DE UM PASSEIO DE ÔNIBUS: EXPERIÊNCIAS DE CRIANÇAS E SOBRE A INFÂNCIA NO ESPAÇO URBANO	
Zuleica Pretto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>56</b>
O LUGAR SOCIAL DA CRIANÇA RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA MARAJOARA	
Simei Santos Andrade	
Magali dos Reis	
Laura Maria Silva Araújo Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923126</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E SABER LOCAL NA GESTÃO DO DESASTRE DA REGIÃO SERRANA (RJ): UM ESTUDO DE CASO	
Maria Suellen Timoteo Correa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923127</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>79</b>
REPARAÇÃO DE DANOS NO DESASTRE DO RIO DOCE, PARTICIPAÇÃO E ATORES SOCIAIS	
Aloisio Ruscheinsky Manoella Treis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
A CENTRALIDADE DAS RELAÇÕES NO COTIDIANO DE UMA INSTITUIÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	
Alessa Cristina Pereira de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>105</b>
MIGRAÇÕES INTERNAS E A EMERGÊNCIA DE DISPUTAS SIMBÓLICAS NO RIO GRANDE DO SUL	
Pedro Francisco Marchioro Talita Cristine Rugeri Lorena del Pilar Pereda Cordova	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
ANÁLISE DE QUESTÕES DE SOCIOLOGIA DO ENEM (2015): REFLEXÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS	
Ozaias Antônio Batista Maria Genilda Marques Cardoso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>134</b>
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES): PROSOPOGRAFIA E CONEXÕES POLÍTICO-FAMILIARES	
Mônica Helena Harrich Silva Goulart Ricardo Costa de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>152</b>
PALMYRA WANDERLEY NA REVISTA VIA-LÁCTEA DE 1914-1915: ESCRITA E POESIA NA EDUCAÇÃO DA MULHER POTIGUAR	
Maria Joseane Chaves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>164</b>
A CULTURA CONSERVADORA DE GUARAPUAVA, FRENTE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E TECNOLÓGICO	
Marco Aurélio Silva Antonio Costa Gomes Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>175</b>
A SOCIEDADE DE MERCADO NO SÉCULO XXI E SEUS DESAFIOS: TRABALHO, PRODUTIVIDADE E DESEMPREGO	
Nelton Moreira Souza Eliete Barbosa de Brito Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>189</b>
AS MULHERES NAS PRISÕES BRASILEIRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
Ivaneide Nunes Paulino Grizente Regina Maria Macedo Costa Dantas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>196</b>
AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISES DO CAMPO CIENTÍFICO E O ESTUDO DO CAMPO DA COMUNICAÇÃO	
Renato Ribeiro Daltro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>201</b>
PRÁTICAS SOCIOINFORMACIONAIS EM AMBIENTES DIGITAIS E A CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS CRÍTICAS EM INFORMAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves Fellipe Sá Brasileiro Daniella Alves de Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231218</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>218</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>219</b>

## REPARAÇÃO DE DANOS NO DESASTRE DO RIO DOCE, PARTICIPAÇÃO E ATORES SOCIAIS

*Data de aceite: 22/11/2019*

### **Aloisio Ruscheinsky**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos),  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais. São Leopoldo – Rio Grande do Sul –  
aloisior@unisinos.br

### **Manoella Treis**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos),  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais. São Leopoldo – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** Para uma contribuição envolvendo desastres ambientais relacionados a água e o papel do conhecimento e práticas sociais locais em face do desastre socioambiental do Rio Doce, para isto parece relevante uma aproximação com a perspectivas de diferentes atores do cenário. As ciências sociais se interessam por desastres na medida em que expressam ações, demandas e reações coletivas colocando em evidência práticas sociais e mecanismos de intervenção do Estado. O objetivo do trabalho é tratar das políticas públicas de reparação porquanto enfatizam o campo institucional de enfrentamento dos impactos aos atingidos pelos rejeitos de mineradora. Do ponto de vista metodológico, a principal fonte da análise é o desenho do TTAC e os relatórios apresentados pela Fundação Renova. Selecionamos

expressamente a política da água, em especial as questões do abastecimento. Ao contrário de algumas reportagens jornalísticas é possível observar que a Fundação Renova iniciou o processo de suas políticas mitigadoras para o cumprimento do TTAC, que englobam a água, entre outros aspectos. No campo do desastre do Rio Doce parece existir um confronto entre o que poderíamos chamar de vozes que brotam junto aos atores sociais e o intuito de produzir respostas para múltiplas demandas por uma burocracia. Enfim, o desastre é um fenômeno que exacerba a desestabilização das bases existenciais materiais.

### **INTRODUÇÃO**

A cada desastre advém a interrogação sobre os mecanismos de prevenção, as ações emergenciais, bem como sobre a responsabilização diante do fenômeno e as consquentes medidas de reparação aos atingidos. Os minérios uma vez extraídos do subsolo se traduzem em riqueza de um povo, mas também circunstância de se tornar um risco à vida humana e ao ambiente. O desastre provocado pela Samarco proporcionou uma rápida dizimação de rios, o trabalho na pesca, terras cultiváveis, lagos, água para consumo,

enfim culturas baseadas no ecossistema. O crime cometido atentou contra a vida dos cidadãos, contra o ambiente e contra o direito de usufruir de bens comuns. As empresas mineradoras foram responsáveis pelas causas e como tal indiciadas por crime ambiental: o que poderia ser a fonte da prosperidade, de atuais e gerações futuras, veio e destruiu de forma irrefreável bens naturais devido à busca da redução de custos e maximização de lucros pelas mineradoras.

Para uma contribuição da pesquisa de campo envolvendo desastres ambientais relacionados a água e o papel dos conhecimentos e práticas sociais locais parece relevante uma aproximação entre perspectivas da antropologia, ciência política, sociologia, geografia, história, etc. O desastre do Rio Doce de alguma forma afeta os conhecimentos<sup>1</sup> específicos de parcela dos habitantes ribeirinhos na medida em que incide sobre dimensões de existência, sobre a cultura ou práticas sociais e a economia do seu mundo da vida, sem desmerecer as complexas redes e hierarquias de relações familiares, sociais e políticas.

Com esta perspectiva teórica e metodológica o objetivo é examinar as consequências do desastre de Mariana em 05 de novembro de 2015, quando a barragem de rejeitos de minério de ferro da Samarco Mineradora, localizada em Mariana, Minas Gerais, rompeu-se, carregando rejeitos ao longo do rio Doce até sua foz no mar de Regência. O presente estudo contou com a seguinte forma de pesquisa: através da leitura dos relatórios da Samarco e Renova sobre a implementação de ações políticas mitigadoras, foi utilizado a palavra-chave água para filtrar informações sobre o tema determinado. A partir disso foram retiradas informações gerais sobre o assunto nos respectivos documentos. Neste procedimento igualmente se filtrou os aspectos que tratavam do estado do Espírito Santo, em particular as informações a respeito dos municípios de Colatina e Linhares.

A ênfase dada numa abordagem das ciências sociais a inter-relação entre sociedade e natureza desemboca numa discussão de bens públicos o que indica abertura à complexidade do fenômeno em tela. O rio além de ser um lugar de circulação de água se mostra como um espaço, ao mesmo tempo, de práticas sociais substantivas à sobrevivência da população. Sob esta perspectiva se articulam o desastre do rio doce, a fundação renova e os atores no território em questão.

Do ponto de vista metodológico, a principal fonte da análise é o desenho do TTAC e os relatórios apresentados pela Fundação Renova, em cujo exame selecionamos questões como participação, as ações de reparação, a política de abastecimento da água. No procedimento da investigação documental, a metodologia empregada consistiu em percorrer todas as cláusulas do acordo interinstitucional e todos os

---

<sup>1</sup> O presente estudo faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Sem o rio e sem o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da Bacia do Rio Doce no Espírito Santo”, que é realizada pela UFES, CEBRAP, IESP e Unisinos, e que conta com o financiamento de CAPES, FAPEMIG, FAPES, CNPq, ANA (Nº 06/2016).

relatórios da Fundação Renova em suas edições mensais. O percurso teve o propósito de detectar as ações de reparação, em particular a temática ambiental do uso da água para consumo humano (RUSCHEINSKY, 2010). Neste interim destacam-se no cenário a conjugação ou oposição de atores sociais, a formulação de ações políticas estratégicas.

O arranjo institucional consolidado pela burocracia estatal navega na ambiguidade, de um lado desenhado para proporcionar reparação em tempo abreviado, de outro tudo indica que se engendrou um sistema em que os atingidos não possuem voz, nem espaço adequado ou mecanismo de negociação. Enfim, se pode presumir que os desastres decorrentes da mineração, apesar da tecnologia, apontam riscos reiterados e estão aumentando em frequência (QUARANTELLI; LAGADEC; BOIN, 2007). Todavia, a estatística sobre números de ocorrências depende das definições e delimitações utilizadas.

## **QUANTO AOS FATOS DO FENÔMENO EM ANÁLISE E O ARCABOUÇO INSTITUCIONAL**

Ao iniciar o relato do fenômeno peculiar cabe destacar que os desastres são fenômenos inerentemente sociais e iminentemente a origem e as causas se encontram na estrutura social ou no sistema das relações sociais. Por isto as características sociais se impõem como foco principal do debate e do percurso analítico. “Um desastre não é um acontecimento físico (...), trata-se de um acontecimento social. Assim, não é apropriado falar de desastres ‘naturais’ como se pudessem existir fora das ações e decisões dos seres humanos e suas sociedades” (QUARANTELLI, 2005, p. 343). Em 05 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de minério de ferro da Samarco Mineradora, localizada em Mariana, Minas Gerais, rompeu-se, carregando rejeitos ao longo do Rio Doce até o mar em sua foz em Regência. É complexo o diagnóstico para apontar os processos imensuráveis, os danos irreparáveis e os processos reversíveis. Com o rompimento, foram afetadas cidades dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, assim, provocando um desastre socioambiental, por afetar além do meio ambiente, prejudicando pessoas e seu contexto social, usurpando fontes de trabalho, contaminando as fontes de captação de água, necessidades básicas e demais aspectos do cotidiano. A envergadura das consequências gerou um leque diversificado de ações na Justiça, com término imprevisível. Diante das emergências e da onda de ações judiciais se ampliam os conflitos entre empresa e populações afetadas. Diante do contexto, a Casa Civil da Presidência da República coordenou um processo de produção dos programas – juntamente com representantes governamentais dos estados afetados - com o intuito de reparar os danos socioeconômicos elaborando um acordo por meio do Termo de

Ajustamento de Conduta (TTAC, 2016). O processo de definição e detalhamento desse conjunto de programas envolveu diversos órgãos da administração direta e indireta do Governo Federal, sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República, os Governos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e as empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A., BHP Billiton Brasil Ltda (TTAC, 2016). Foram diversas reuniões envolvendo particularmente representantes do governo federal e dos Estados (item 09 do anexo do TTAC) na elaboração dos termos do acordo assinado em março de 2016. Estas restrições a outros atores sociais levaram a que longe das vítimas, os órgãos governamentais assinassem este acordo sobre desastre com a empresa causadora do desastre. Em vista disto o Ministério Público, o federal e o estadual, recusaram-se a endossar o teor do documento, emitindo uma nota de repúdio aos procedimentos. Os representantes de atingidos, mormente organizações da sociedade civil, foram mencionados, porém sem atribuição de protagonismo possível ou obrigação de incluí-los.

Os recursos de voz dos grupos de atingidos, cuja territorialidade onde o risco se concretiza em desastre, passam a ser desativados, invisibilizados, invalidados (QUARANTELLI, 2005). Por isto, pode decorrer um prejuízo à noção de justiça na adoção dos procedimentos de mitigação dos danos, ao mesmo tempo podem se reduzir as tensões que o cenário de destruição deflagra. Em certo sentido, as perdas irreparáveis distribuem-se desproporcionalmente para os setores sociais atingidos, sendo desproporcional para os que estão na base da pirâmide social, efetivamente discriminados na participação pública.

Neste sentido vai especialmente a crítica dirigida tanto à falta de mecanismos de participação, quanto de informações qualificadas para os atingidos desvelando as diretrizes condutoras de elaboração do acordo entre as partes da burocracia estatal e Samarco. Ao longo do tempo, ficará evidenciado que de alguma forma se prioriza a proteção do patrimônio das empresas em detrimento da reparação aos afetados e recuperação do meio ambiente. De acordo com Valencio (2011, p. 25)

Desastres recorrentes revelam, essencialmente, erros recorrentes, isto é, falhas estruturais dos mecanismos de proteção da pessoa humana, do que decorre que as competências públicas precisam distanciar-se do tecnicismo cego que as tem afastado daquilo que é seu legítimo mister: proteger o cidadão e suprir o déficit de cidadania onde houver.

A partir do contexto do desastre foi criado o Comitê InterFederativo (CIF) com o intuito de reparar os danos socioeconômicos, através do Termo de Transação e Ajuste de Conduta (TTAC, 2016). Para realizar a reparação com a execução dos programas foi criada a Fundação Renova em agosto de 2016 formulada pela Samarco e suas controladoras, sendo que por parte do Poder Público e da sociedade (pesquisadores e impactados) incidem como instâncias de controle na fiscalização e na consultiva.

Para o delineamento de metas de reparação como proposta principal, os representantes dos diversos ministérios do Governos Federal e dos Estados discutiram e aperfeiçoaram o conteúdo e escopos de programas socioeconômicos e socioambientais, incorporando aspectos típicos de ações políticas de governança diante de demandas dos governos dos locais afetados. Resulta-se, assim, a negociação e a validação da proposta apresentada no TTAC ocorreram passados quatro meses do desastre envolvendo a empresa Samarco e suas controladoras.

Ficou estabelecido no TTAC que a execução dos programas aludidos ocorreria pela Fundação Renova. O Comitê Inter federativo, constituído por representantes da União, do Governo dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, de municípios impactados, além de representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, tem como atribuições de controle, validação, monitoramento, fiscalização e avaliação das ações em sua correspondência ao alcance de resultados previstos.

A principal fonte de dados para a análise das ações estratégicas de reparação, no presente texto, se reporta aos relatórios apresentados pela Fundação Renova. Na composição do TTAC, selecionamos expressamente a política setorial e foi possível observar que as cláusulas da Segurança Hídrica e Qualidade da Água apresentavam questões relacionadas ao abastecimento de qualidade. É possível observar que a Fundação Renova iniciou o processo de suas estratégias de ações mitigadoras para o cumprimento do TTAC, nas políticas que englobam a água, por meio dos relatórios da Fundação Renova de julho de 2016 até dezembro de 2018, além, dos relatórios da Samarco, que conta com o relato das ações mitigadoras na perspectiva da Fundação Renova.

Em suma, a abordagem relacional apresenta-se adequada para questionar toda e qualquer apreensão homogênea dos atores sociais no seu campo de existência e das contingências do desastre junto ao Rio Doce. A análise inovadora dos percalços observados consiste em perceber os espaços da sociedade civil como uma diversidade de vontades, de relações de poder, de assimetrias e de conflitos (MOURA, 2011). Abordamos um espaço em que intervêm atores de orientações políticas diversas, de visões de mundo heterogêneas e que atribuem distintos significados aos bens naturais, aos direitos de participação, à democracia, às instituições e ao Estado. As concepções de Bourdieu (2008) sobre campo, poder, representação e delegação apontam-se fundamentais para a compreensão da dinâmica, dos impasses e dos desdobramentos quanto às ações políticas de governança para a reparação de danos.

No “dicionário crítico de mineração”, Gomide et al (2018), ao tratar dos estudos de impactos ambientais apresentam algumas dimensões que se aplicam ao presente caso de desastre tecnológico. Como tal compreendem insuficiências tanto da burocracia do Estado, quanto da gestão por meio da Fundação: a) segmentação em

vez de nexos entre sociedade- natureza, lucros e bem-estar exclui a compreensão de relações tecidas por outras lógicas sociais, como as populações tradicionais; b) subdimensiona as áreas de influência direta ou indireta, com a invisibilizando parcela da população; c) releva a distinção entre impactos reversíveis e irreversíveis, gerando ações distintas; d) menospreza a cumulatividade e sinergia dos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos; e) as graves vulnerabilidades em face de desastres socioambientais apontam que programas e medidas mitigadoras com suas recompensas são insatisfatórios ou mal geridos.

## **OS CONFLITOS DECORRENTES DO DESASTRE SOBRE OS USOS DA ÁGUA**

Diferentemente do ponto de vista exclusivamente técnico a água potável do rio evoca vários usos e práticas sociais, assim como as faces da interdependência própria à circulação em um ecossistema, onde efetivamente se mesclam o individual e o coletivo, as atividades múltiplas. Por essa razão, o acordo firmado entre diversos entes é a finalização de uma tratativa de tradução técnica, ambiental, social e simbólica de diferentes pontos de vista, com destaque por não auscultar atingidos pelo desastre de forma publicamente reconhecida.

Tanto no plano simbólico quando no plano concreto e na dimensão subjetiva, o fenômeno social dos desastres circunscreve múltiplas e diferentes vivências de tal sorte, num mesmo evento, cada um dos sujeitos implicado tem sua própria versão. No caso do Rio Doce isto fica evidenciado quanto à possibilidade de retorno à potabilidade, cuja realidade é recheada de desentendimentos e controvérsias. Por conseguinte, por suas responsabilidades os órgãos públicos, nas providências de restabelecimento dos sistemas de objetos e usos e dos sistemas de ações e acordos da coletividade afetada, possuem a atribuição de aglutinar por meio de programas de mitigação uma pluralidade de dramas. Especialmente a sensibilidade de atenuá-los a partir de uma escuta ativa de suas especificidades. Desalojados, desamparados, desventurados e maltratados nos desastres são subgrupos de sobreviventes (ou de familiares mortos) para os quais a esfera social e individual do cotidiano por vezes encontra-se intensa ou desesperadamente comprometida.

No caso do desastre em tela alguns requisitos são estabelecidos: funções e competências de organismos envolvidos em ação reparatórias; atribuição de responsabilidades; elaboração de diagnóstico quanto às áreas mais vulneráveis; disponibilização de recursos humanos, financeiros e suprimentos e requerimentos para acesso a estes; rede de informação pública. Parece que existem ou pairam dúvidas quanto às lições apreendidas com outros eventos similares, bem como a inserção dos aprendizados no planejamento, nos projetos de prevenção e modificação de práticas no âmbito da extração mineradora.

Um dos impactos imediatos do desastre foi a incidência sobre a água para consumo humano, especialmente nos casos de cidades como Colatina<sup>2</sup>, que obtinha a captação a partir do Rio Doce de que decorrem diversas circunstâncias. A exigência de reparação, recuperação e compensação referem-se aos impactos ao ser humano e ao ambiente o que acarreta o surgimento ações sobre territorialidades particulares, como no caso do abastecimento de água em Colatina. A demanda da população imediatamente após o desastre tendo em vista que do Rio Doce se extraia a água para o tratamento e posterior distribuição à população urbana torna-se um processo apto para responsabilizar concretamente seja a empresa municipal de águas ou a Samarco pelos problemas com a gestão da água nesta unidade administrativa.

Na composição do TTAC, diante da política da água, foi possível observar que as cláusulas da Segurança Hídrica e Qualidade da Água enquadravam-se nas questões da água, principalmente diante do abastecimento e recuperação de nascentes. Em relação à Segurança Hídrica e Qualidade da Água participou a Agência Nacional de Águas, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce (Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial, 2017).

Nesse interim de urgências, a fronteira entre o que tange especificamente ao social e o que por sua vez se reporta ao ambiental parece cada vez menos perceptível. Os impactos do desastre diante de abastecimento de água e sua qualidade, na voz da população afetada (MATOS, 2016) se sumariza em: escassez severa de água, ameaça de comprometimento da segurança hídrica de cidades populosas, rebaixamento do nível freático, queixas de redução de volumes de água captada para abastecimento humano, escoamentos de sedimentos minerais que pioram a qualidade da água e fazem aumentar significativamente os gastos com tratamento, racionamento de água ou piora da qualidade da água a ponto de provocar doenças que a população, quebras frequentes de trechos da tubulação de água para abastecimento em áreas urbanas, reclamações de atividades de alto consumo hídrico que teriam alterado o volume de água em córregos e rios e presença de água poluída por resíduos industriais e urbanos.

A Fundação instala 120 caixas d'água nas residências para minimizar o impacto de uma possível falta de abastecimento de água. Instala um sistema de captação alternativa e assim realiza as captações alternativas, o tratamento e as alterações nos sistemas de tratamento de água estão sendo realizadas dentro do Plano de Ações para o Período Chuvoso 2016/2017, que conta com a consultoria da Witt

2 Cláusula 171 do TTAC: Nos Municípios que tiveram localidades cuja operação do sistema de abastecimento público ficou inviabilizada temporariamente como decorrência do evento, a Fundação deverá construir sistemas alternativos de captação e adução e melhoria das estações de tratamento de água para todas para as referidas localidades desses municípios que captam diretamente da calha do Rio Doce, utilizando a tecnologia apropriada, visando reduzir em 30% (trinta por cento) a dependência de abastecimento direto naquele rio, em relação aos níveis anteriores ao evento, como medida reparatória.

O'Briens. Entrega pela equipe do programa, da estação de tratamento de água para a localidade de Regência, município de Linhares, com assinatura pela operadora do sistema de abastecimento (SAAE) do termo de entrega com condicionantes. A tecnologia é fator preponderante na causa e também na reparação dos impactos.

No caso de desastres tecnológicos o fenômeno indutor também é totalmente endógeno, associado ao fracasso institucional em controlar a produção, a contenção e o uso de tecnologia de risco. Trata-se, então, de um processo social totalmente embutido nos regulamentos de construção e no manejo de tecnologia, bem como no monitoramento e disciplinamento da tecnologia, nos sistemas de controle e alerta e em uma série de ações compensatórias (ALBALA-BERTRAND, 2007, p. 150).

Inovações orientadas taticamente podem aparecer também, especialmente, depois de desastres tecnológicos, sem necessariamente suprir as linhas de conflito como no caso da água. No processo de mitigação os grupos sociais afetados competem não apenas por recursos, mas também por legitimidade. No contexto geral é possível ver que no âmbito da água a Fundação Renova teve sua interação com o Estado com manifestações de implementação e procedimentos institucionais, os quais a entrega de produtos e serviços, alinhamento de diretrizes e prestações de contas no ano de 2017, apresentando uma ausência total da Sociedade Civil.

O estabelecimento de práticas renovadas na negociação dos interesses dos atingidos, por sua vez fundadas na transparência e no controle social sobre o processo decisório indica um padrão de gestão inovador do ponto de vista democrático e da consolidação do Estado de direito (CARLOS, 2011). Ao contrário deste ideal, a gestão incrementada pela Fundação Renova adere as formas de mediação conservadoras e excludentes de atendimento das demandas, quando talvez o melhor fosse aludir ao protelamento das medidas enunciadas.

## **DESVELAMENTOS A PARTIR DE DOCUMENTOS**

A expansão das relações sociais em curso possui entre outras consequências a devastação de parte de ecossistemas e da biodiversidade, concomitantemente com as transformações políticas e culturais, uma continuidade da revolução tecnológica e digital. Em razão disso tudo, já não é possível imaginar a população afetada pelo desastre do Rio Doce vivendo em insulamento cultural e econômico e em estáveis condições ambientais. As ações estratégicas de reparação conformam programas, nos termos do acordo, com a lógica da proeminência da Fundação engendradora. E que por sua vez está intensamente associado ao dever de implementar ações, medidas, projetos de recuperação, de compensação e de reparação. Ao mesmo tempo termos como participação, representantes, conselho que poderiam soar como referências aos atores sociais são praticamente invisualizadas.

Observando a frequência das palavras localizamos no centro os programas de ação, o ente executor e a determinação de obrigações, sendo que os “beneficiários” se localizam na periferia. O desastre localiza-se no centro da organização da Fundação Renova, como um processo que supostamente visa a alteração das vulnerabilidades dos atingidos, sem desmerecer as estruturais desigualdades do cenário brasileiro.

Ao longo das negociações observadas pela pesquisa documental destacam-se de um lado a burocracia estatal e seus peritos, de outro o arcabouço expresso pela Fundação Renova, se que claramente os atingidos exercem um papel coadjuvante. As vítimas do desastre compreendem a parcela fragilizada, principalmente na medida em que não existe um espaço institucional para seus representantes legítimos, como sujeitos da história. Apesar de todos os esforços empreendidos os atingidos aparecem de forma mais efetiva apenas como objetos (MOURA, 2011). Aparentemente os próprios destinatários das ações reparadoras ou tidos como usuários das medidas comparecem nos documentos como submetidos ao poder da autoridade institucional. Não registramos indícios de manifestações públicas, cujo volume chamasse atenção aos meios de comunicação, ou ainda abrissem algumas janelas de negociação enquanto organização social em defesa de interesses reais. Neste sentido, apesar das menções à participação se percebe o efeito do silenciamento das vítimas, cuja mitigação é atributo de agente alheio. Nos aspectos em consideração conflui o associativismo, os sujeitos, a participação, os canais institucionais, que no dizer de Carlos (2011, p. 116):

O estudo confirma a importância das variáveis associativismo e desenho institucional para a compreensão da participação nos arranjos institucionalizados. Esta análise demonstra que o associativismo dos atores favorece sua propensão a participar dos canais institucionalizados, ao passo que a percepção de autoridade desses representantes se correlaciona ao desenho institucional do arranjo participativo.

Examinando as demandas dos atingidos e as ações levadas a cabo no processo de mitigação revelam ao observador do fenômeno de que existe efetivamente um lugar da designação do desastre e que está perpassado, como revelam os dados parciais da pesquisa sobre o desastre do Rio Doce, por singulares atores em diferentes momentos do processo: Estado, movimentos sociais, empresas, investigadores, pescadores, peritos, outros grupos afetados e população urbana.

Ao encargo da Fundação Renova, as ações de reparação se pautam como lutas políticas que ocorrem num arranjo institucional qualificado como um campo estruturado e estruturante (BOURDIEU, 2008). As ações são objeto de disputa e se constituem como eixo de relações assimétricas, estando os atores sociais posicionados diferencialmente quanto aos instrumentos de reprodução legitimada do mundo social. Trata-se de uma luta relacionada com o exercício do poder que se desdobra na questão da apropriação territorial, do ordenamento sobre a água de

consumo humano e nas nomeações de significados aos espaços. A lógica explicitada nas tensões entre as diferentes visões dos atores no debate em torno deste desastre é a que concebe como expressão de uma vulnerabilidade sócio-histórica (GILBERT, 1998).

As audiências públicas é um recurso previsto e praticado e como tal compreendem espaços de publicização de demandas da população, porém onde a correlação de forças se torna evidenciada. As reuniões organizadas por localidade ou categoria social caracterizam a possibilidade de enfatizar problemas específicos de reparação, e como tal poderia vir a enfatizar a participação nos processos de encaminhamento de demandas e de construção das alternativas ao problema ou medidas de mitigação e recuperação concretas.

Quanto aos resultados obtidos se observou que para executar a mitigação do desastre a Fundação Renova se relacionou principalmente com atores estatais e do mercado, no caso das ações do âmbito da água, porém, são frágeis os sintomas que apresentem uma relação robusta vinculada à sociedade civil. A degradação da água potável causado pelo desastre afeta de forma difusa a toda sociedade circundante, porém se choca particularmente com os interesses da pesca, do abastecimento de água, do turismo e das exigências da saúde e de proteção ao ambiente. O acordo com seus respectivos programas poderia soar com a criação de um novo sistema de obrigações para as empresas mineradoras sob o controle de atores sociais para uma gestão hídrica, devido à demanda que remete à invenção de regras e procedimentos, ou seja uma política ambiental.

Dentro do período analisado a Fundação Renova realizou um total de 20 ações relacionadas com atores do Estado e do mercado no estado de Espírito Santo, sendo sua maior parte no ano de 2017. É possível observar que nas relações da Fundação Renova, que há 18 manifestações em que o Estado é o centro das interações. Identifica-se que a Renova optou por relacionar-se exclusivamente com atores estatais e do mercado. Entre os atores da sociedade civil encontra-se um objetivo compartilhado para atingir um acordo ou conciliar ações entre o desenvolvimento social e a reparação do ecossistema como dois movimentos entrelaçados. Ao mesmo tempo, considerando o processo geral do conflito em tela, destaca-se a não participação da sociedade civil como um parceiro na maioria das ações e programas.

Os desastres tecnológicos apresentam um tipo de desafio diferente e mais variável para as sociedades humanas do que riscos naturais (QUARANTELLI; LAGADEC; BOIN, 2007). Disputas ou divergências mais ou menos profundas são inevitáveis em relação a desastres tecnológicos, ocorrem conflitos pessoais, organizacionais e comunitários, além da responsabilização pela causa e as fases de reparação.

Na agenda de conflitos os atores estatais são o Serviços de sistema de

abastecimento, Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Câmeras Técnicas, o CIF, Ministério Público, Prefeitura de Linhares, Gestores das cidades impactadas. A partir da perspectiva das ciências sociais sobre o colapso provocado pelo extrativismo pode-se salientar a potencialidade analítica de uma sociologia dos desastres. Em sua lógica, podem ser caracterizadas tanto as interações entre gestão política estatal ou corporativa ante o crime ambiental, a mediatização do fenômeno e a competência interpelativa do sofrimento dos atingidos. Entretanto, a produção discricionária a partir de ações políticas estratégicas expõe a distância entre, de um lado, a burocracia do Estado, o Legislativo e no caso a Fundação, e de outro, os cidadãos atingidos ou desapossados.

Em outras palavras, a extensão e a intensidade do jogo complexo de atores, que pode ter como consequência a marginalização de parcela das categorias sociais em determinados momentos chave, em seu conjunto pode se traduzir em espaço para uma ampliação de problemas a ponderar, de inclusão de outras questões olvidadas e, como tal novos objetos apesar da resistência da Fundação. A par dos entraves derivados do desastre o acordo não instaurou ou no mínimo estimular práticas sociais coletivas que suscitasse novos horizontes quanto à proteção do ecossistema (BILLAUD, 2014). Apesar do acordo o exercício das atividades da Fundação Renova que deveriam compensar as perdas de renda ou outros custos extras resultantes do desastre, parece antes mecanismos de protelação do que medidas concretas.

As rupturas nas trajetórias do cotidiano poderiam servir como apelo para um pacto também entre todos os atores sociais (consumidores de água, agricultores, ribeirinhos, pescadores, associações de proteção ao meio ambiente, surfistas, entre outros) para desenhar ações políticas de governança estratégica. Esta articulação significaria uma confluência para um sistema de cogestão em circunstâncias adversas e conflitivas, e que transformaria estes atores em parceiros com papel ativo diante das competências do Estado e da Fundação para efetivação de ações políticas de mitigação material e simbólica.

O que mais aparece nos relatórios é o entrega de produtos e serviços, definido como toda e qualquer entrega de produto ou serviço de acordo com o programa. A partir desses dados observa-se que a Fundação Renova realiza ações para mitigação do desastre, no âmbito da água, com uma implementação de suas ações e não se deteve tanto em procedimentos processuais. É possível compreender que se deteve de maneira mais densa ao âmbito da água devido ao fato de esta ser uma questão vital da população.

No campo do desastre do Rio Doce parece existir um confronto entre o que poderíamos chamar de vozes que brotam de pesquisas de campo junto aos atores sociais e o intuito de produzir respostas para múltiplas demandas por uma burocracia, como em um laboratório. O fato em análise se apresenta como um processo com

longo desenvolvimento temporal, onde a construção também se forja com memórias de quem sofreu a vivência do desastre. Ao mesmo tempo reconhecendo um fenômeno que exacerba a desestabilização das bases existenciais materiais e simbólicas, diante de cujo fenômeno são sobrepujadas as propostas de ações políticas estratégicas de alterar desigualdades.

Para a mitigação de eventos catastróficos, os trabalhos de pesquisa científica tornam-se ferramentas para instigar respostas plausíveis, levando em consideração as demandas dos impactados. É um momento de transferência de informação dos centros de pesquisa para o poder público, alicerçando a definição de políticas públicas que visam mitigar os danos socioambientais.

## REFERÊNCIAS

- ALBALA-BERTRAND, Jose Miguel. Globalization and localization: an economic approach. In: RODRÍGUEZ, H.; QUARANTELLI, E.; DYNES, RR (org). Handbook of disaster research. Springer, New York, NY, 2007. p. 147-167.
- BILLAUD, Jean-Paul. A injunção da participação no campo ambiental ou a questão da incorporação dos " públicos" nos espaços de discussão. Sociologias, n. 16/35, 2014, p. 138-164
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 2008.
- CARLOS, Euzeneia. Associativismo e desenho institucional no Orçamento Participativo da região metropolitana do Espírito Santo. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 2, p. 116-128, 2011.
- FUNDAÇÃO RENOVA. Relatórios mensais. Belo Horizonte: 2016/18. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/relatorio-comite-interfederativo-nov.15-a-mar.16.pdf>
- GOMIDE, Caroline S. et al (orgs). Dicionário crítico de mineração. Marabá, PA: iGuana, 2018.
- MATOS, Ralfo. Recursos hídricos em questão nos municípios do Vale do Rio Doce. Geografias - Edição Especial Vale do Rio Doce, p. 28- 45, 2016.
- MATTEDI, Marcos A.; BUTZKE, Ivani C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. Ambiente & Sociedade, Ano 4/ 9, 2001, p. 93-114.
- MOURA, Joana Vaz. As relações entre arranjo institucional e representação política nos conselhos. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 2, p. 101-107, 2011.
- QUARANTELLI, Enrico L. A social science research agenda for the disasters of the 21 st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: R. W. Perry; E. L. Quarantelli (eds). What is a Disaster? New answers to old questions. USA: International Research Committee on Disasters, 2005, p.325-396.
- QUARANTELLI, Enrico L.; LAGADEC, Patrick; BOIN, Arjen. A heuristic approach to future disasters and crises: new, old, and in-between types. In RODRÍGUEZ, H.; QUARANTELLI, E.; DYNES, RR (org). Handbook of disaster research. Springer, New York, NY, 2007. p. 16- 41.
- RUSCHEINSKY, Aloisio ; TREIS, Manoella. C . Os impactos de desastre socioambiental e a mitigação de políticas públicas. In: VI Simpósio Internacional: Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas, São Leopoldo. Anais, Editora Casa Leiria. 2018. v1 .

RUSCHEINSKY, Aloisio. Informação, meio ambiente e atores sociais: mediação dos conflitos socioambientais. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 3, p. 232-247, 2010.

SHALUF, I., Ahmadun, F., & Mustapha, S. Technological disaster's criteria and models. *Disaster Prevention and Management*, n. 12, 2003, p. 305–311.

TADDEI, Renzo. O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres). In: SIQUEIRA, Antenor et al. (org.). *Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das ciências humanas e sociais para a análise de casos concretos*. São Carlos: Rima Editora, 2015, p. 311-327.

VARGAS, Dora. “rosas”, “dulces”, comandantes e peritos: a luta pela classificação do mundo no contexto dito “desastre” in VALENCIO, Norma (org). *Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil (III)*. CRESS-RJ; São Carlos: RiMa Editora, 2013, p. 153-174.

VALENCIO, Norma et al. (org.). *Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. Vol 2, São Carlos: RiMa Editora, 2010.

VALENCIO, Norma (org). *Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil (III)*. CRESS-RJ; São Carlos: RiMa Editora, 2013.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Maria Izabel Machado** - Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009). Em 2012 defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFPR) na linha de pesquisa “Cultura e Sociabilidades” no eixo temático Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Em 2017 defendeu sua tese de doutorado (UFPR) também na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, desta vez no eixo temático Gênero e Trabalho. Como pesquisadora se dedicou durante sua formação acadêmica aos temas economia solidária, gênero, trabalho e cuidado. Atualmente as pesquisas em curso se inscrevem na perspectiva pós-estruturalista e de gênero acerca da cartografia dos sujeitos no ensino superior, especialmente na formação em pedagogia. Como educadora atuou na formação de lideranças populares por meio de ONGs e outras instituições, e também com formação de professores em projetos de cultura de paz nas escolas. Atuando na docência nas redes públicas e privada desenvolveu trabalhos acerca da inclusão e segregação no ambiente escolar e com uso de literatura em sala de aula para ensino-aprendizagem de sociologia, na educação básica, especialmente no ensino médio. Atua como docente na Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Educação), participando como pesquisadora do grupo Mutamba (UFG) e do Núcleo de Estudos de Gênero (UFPR). Nesta instituição ainda desenvolve projeto de extensão interdisciplinar a partir da imbricação educação, sociedade e cultura. Contato: mariaizabelmachado@ufg.br

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescentes 24, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 183

Associativismo 67, 87, 90

### B

Biografias 137, 149, 150

Brincar 16, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 60, 65

### C

Candomblé 34, 37, 38, 39, 40, 41

Ciência e tecnologia 122, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 145, 147, 148, 150, 216

Conservadorismo 163, 173

Crianças ribeirinhas 12, 14, 16, 19, 56, 58, 59, 60, 61, 63

Cultura 2, 18, 19, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 49, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 80, 94, 108, 111, 115, 124, 132, 157, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 173, 197, 200, 217, 218

### D

Desastres ambientais 79, 80

Desemprego 175, 176, 177, 180, 185, 186, 191

Desenvolvimento 11, 23, 24, 32, 44, 56, 63, 64, 70, 78, 88, 90, 110, 113, 119, 121, 126, 128, 134, 135, 136, 137, 140, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 187, 193, 200, 204, 205, 213, 214, 215

### E

Enem 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133

Ensino de sociologia 118, 125, 132

Escrita 41, 56, 60, 152, 153, 154, 156, 157, 163, 208

Espaço urbano 43, 44, 45

Estigma 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 169, 209

### F

Familismo 166

### G

Gênero 30, 38, 43, 106, 112, 113, 131, 133, 138, 152, 163, 185, 189, 194, 201, 202, 203, 205, 208, 215, 217, 218

Gestão de desastres 67, 76

### H

Habitus 94, 95, 102, 200, 204

## I

Infância 12, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 48, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 154, 199

## M

Migrações 105

Mineradoras 80, 88

## P

Poder público 13, 14, 20, 67, 70, 71, 75, 82, 90

Poesia 59, 152, 153, 162

Políticas públicas 11, 20, 63, 67, 79, 80, 90, 132, 133, 134, 135, 194

Precarização 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 187

Privação de liberdade 92, 93, 94, 97, 102, 103

Prosopografia 134, 135, 137, 149

## R

Racismo 34, 35, 36, 107, 113, 207, 208

Representações 1, 2, 3, 5, 10, 11, 25, 26, 29, 61, 125, 191

Ribeirinhos 13, 17, 21, 80, 89

Rural 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 21, 139, 143, 166, 170

## S

Saber local 67, 73, 75, 78, 91

Segregação 36, 218

Subversão 23, 28, 31

## T

Terapia ocupacional 23, 24, 26, 31, 32, 33

Trabalho 1, 4, 10, 11, 12, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 34, 43, 44, 48, 54, 63, 67, 79, 81, 92, 93, 94, 102, 105, 107, 110, 114, 115, 120, 126, 130, 136, 153, 158, 159, 164, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 196, 200, 201, 212, 213, 214, 218

Transporte escolar 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22

Transporte público 43, 52, 53

## U

Urbano 1, 2, 4, 5, 7, 10, 11, 43, 44, 45, 52, 70, 78, 170, 171, 179

## V

Vulnerabilidade social 23, 25, 31

